DECISÃO SINGULAR DSG - G.RC - 5798/2015

PROCESSO TC/MS	: TC/17036/2014
PROTOCOLO	: 1550958
ÓRGÃO	: SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE CAMPO GRANDE
JURISDICIONADO	: RODRIGO GONÇALVES PIMENTEL
TIPO DE PROCESSO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 146/2014
RELATOR (A)	: CONS. RONALDO CHADID
VALOR	R$ 596.274,50

Em exame o procedimento licitatório – Tomada de Preços nº024/2014, e a formalização do Contrato Administrativo nº 146/2014, celebrado entre a Secretaria Municipal de Governo e Relações Institucionais de Campo Grande/MS e a empresa Rodrigues Publicidade Ltda.-EPP, visando à aquisição de revestimento artístico em cerâmica quebrada, painéis em lonas e lonas sintéticas impressas, placa de PVC impressa, impressão de painéis, bem como sua colocação e adesivagem de veículos, no valor de R$ 596.274,50 (quinhentos e noventa e seis mil duzentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos).

Encaminhados os documentos, a 5ª ICE (ANA-5ICE-3367/2015 – f.169/172) constatou que o processo se encontra em consonância com as normas de licitações e contratações públicas.

O Ministério Público de Contas, por sua vez, opinou pela regularidade do procedimento licitatório e da formalização contratual conforme parecer acostado às f. 211 (PAR-MPC-GAB.7 DR.JAC-7863/2015).

É o relatório.

Das razões de decidir.

Antes da análise de mérito, no que tange aos aspectos relativos à regularidade da contratação, cumpre estabelecer que, consoante a disposição do artigo 10, inciso IV, do Regimento Interno do TCE/MS (Resolução Normativa 76/2013), em razão das manifestações favoráveis do Ministério Público de Con-

tas e da 5ª ICE, decido monocraticamente, amparado pela competência atribuída ao juízo singular do Conselheiro Relator

O mérito da questão baseia-se na apreciação do procedimento licitatório – Tomada de Preços nº024/2014 e a formalização do Contrato Administrativo nº 146/2014, celebrado entre a Secretaria Municipal de Governo e Relações Institucionais de Campo Grande/MS e a empresa Rodrigues Publicidade Ltda.-EPP.

Foram trazidos aos autos: o comprovante de autorização para realização da licitação, identificação do processo administrativo, pedido de reserva orçamentaria, nota de empenho, a indicação do objeto e valor estimado acompanhado da pesquisa de mercado, a publicação do edital, lei que estabelece o jornal como imprensa oficial, edital, publicação do resultado da licitação, decreto que designa o pregoeiro e equipe de apoio, parecer técnico ou jurídico, atas, relatórios e deliberações da comissão julgadora, documentação de credenciamento e habilitação dos licitantes, atos de adjudicação e homologação, certidões negativas de débitos, cópias das propostas e dos documentos que a instruem, cópia da minuta de contrato ou documento equivalente e demais documentos exigidos pelo Anexo I, Capítulo III, Seção I, item 1.1.1, B.1 da INTC/MS n. 35/2011.

O Contrato Administrativo nº 146/2014 contém em suas cláusulas os elementos essenciais: objeto, prazo de vigência, os preços e condições de pagamento, dotação orçamentária, as obrigações das partes, a rescisão contratual e as sanções administrativas. Bem como, o extrato do contrato fora publicado e emitida a respectiva nota de empenho.

Assim, verifico por meio da documentação acostada aos autos que o procedimento licitatório -Tomada de Preços nº024/2014 e a formalização do Contrato Administrativo nº 146/2014 foram realizados de acordo com a 8.666/93.

Dessa forma, tenho como suficientes as razões expostas pela 5ª Inspetoria de Controle Externo, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas, sob o fundamento do art. 120, inc. I e II, da RNTC/MS nº 76/2013, **DECIDO pela REGULARIDADE** *do procedimento licitatório- Tomada de Preços nº024/2014, e da formalização do Contrato nº 146/2014,* celebrado entre a Secretaria Municipal de Governo e Relações Institucionais de Campo Grande/MS e a empresa Rodrigues Publicidade Ltda.-EPP., de acordo com a Lei

8.666/93.

É a decisão.

Campo Grande, 21 de agosto de 2015.

Ronaldo Chadid
Conselheiro Relator

SMA